

O RECREIO E O TURISMO EM ESPAÇOS SILVESTRES

As paisagens florestais e os espaços silvestres em geral suscitam uma ideia de paraíso na mentalidades das populações mais condicionadas a residir em meios urbanos muito populosos e densos. Esta atracção tem motivações complexas que remetem para o foro da psicologia social. Sylvia Crowe, arquitecta paisagista com uma notável obra teórica e prática realizada, ao longo de décadas, nos Serviços Florestais ingleses, no seu livro *Tomorrow's Landscape*, editado em 1956, refere as delicadas relações da floresta com a paisagem e o recreio.

Por um lado, há paisagens naturais, silvestres, que podem ser diminuídas e desperdiçadas por uma florestação inconveniente, de que resultem perdas de vistas panorâmicas, sem ganhos significativos. Por outro, não é aceitável estimular multidões a vaguear pela floresta no seu estado bruto, isso seria um perigo para as pessoas e danoso para a floresta, daí que o recreio em espaço silvestre se confine a zonas muito localizadas, contidas, devidamente adaptadas e sujeitas a cuidados de manutenção e vigilância permanentes. A arquitectura das paisagens florestais é um desafio estético que requer uma linguagem de padrões ainda pouco consciencializados. Combinar o relevo e a sua modelação com a hidrologia aplicada, a escolha das espécies vegetais, a composição dos maciços e das clareiras, os desenvolvimentos dos vales e dos festos, as presenças singulares dos cabeços, a ênfase das dinâmicas das pendentes das encostas, trabalhando o desenho, na procura de uma expressão estética e, ao mesmo tempo, com um sentido económico, é um desafio de primeira ordem que só foi enfrentado seriamente por alguns génios visionários entre os séculos XVII e XIX. Hoje, a atenção crescente emprestada ao território, à "protecção da natureza" e à valorização dos espaços silvestres cria condições para termos a ambição de projectar e construir paisagens florestais também como obras de arte.

Curiosamente, as massas de visitantes ou turistas que procuram espaços florestais para recreio e turismo não podem ter uma relação aleatória e livre com o meio silvestre. A utilização da paisagem florestal processa-se a partir de percursos (caminhos, estradas, rios), devidamente preparados para proporcionar conforto, segurança e uma percepção que corresponda com autenticidade ao imaginário poético e à funcionalidade prática do viandante.

O ideal seria que todos os espaços silvestres criados e conduzidos pelo Homem tivessem uma arquitectura de paisagem meritória, o que implica o domínio subtil e minimalista de desenhos

e técnicas de inspiração naturalista, o que, de todo, se contrapõe à imitação ingénuo da paisagem natural bruta.

De qualquer forma, a importância dos espaços silvestres para o turismo remete, principalmente, para a expressão paisagística, para a fruição de vistas panorâmicas e de simples enquadramentos de percursos, estando fora de questão a abertura indiscriminada dos ecossistemas silvestres a um recreio de massas. Uma correcta ordenação do território deve desmotivar o acesso público às matas, sem necessidade de estabelecer interdições absolutas. Basta que o público possa circular a pé ou de bicicleta e seja proibida a circulação automóvel para que o número de utentes se reduza substancialmente.

Os “espaços naturais” destinados ao recreio requerem adaptações, segundo arquitecturas especialmente concebidas para proporcionar conforto, segurança e satisfação de uma procura de recreio e lazer focada no desejo de fruição de uma relação com o *belo natural*, o qual emerge de leituras que não se referenciam à natureza bruta, mas aos imaginários do *belo natural* em si próprio, enquanto mito sublimado do que não é humano, não obstante só ser alcançável pela arte, portanto, pela consciência capaz de a criar. O *belo natural* não é um predicado dos espaços silvestres, mas apenas dos trechos tratados e construídos para transcender a ideia de paisagem silvestre tomada à partida.

Decorre, assim, que a criação de estâncias de turismo mais ligado ao imaginário de natureza deve ser resolvida com uma gestão autónoma da condução dos perímetros florestais, são realidade diferentes embora justapostas. O recreio e o turismo ocupam corredores e enclaves, que, por muito enquadrados que estejam nos espaços silvestres, requerem uma concepção e um tratamento de manutenção e exploração específicos.

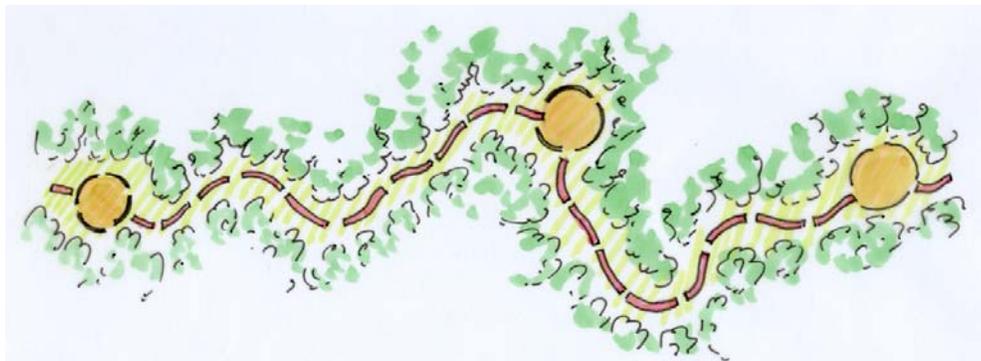


Figura 1 — O recreio em espaços silvestres deve ser confinado a corredores entre núcleos de apoio, evitando a dispersão dos visitantes.

Recorre-se a barreiras de vegetação, muretes rústicos de pedra seca e à própria modelação do terreno para, de uma forma discreta, confinar os visitantes aos caminhos e estadias e evitar que se aventurem para fora destes. O controlo das acessibilidades processa-se operando na hierarquia funcional da rede de vias e caminhos; na localização de entradas e de parques de estacionamento; no controlo de distâncias, de mapas mentais e de tempos psicológicos nos percursos a pé entre os parques de estacionamento e os motivos da atracção. O preço do acesso aos empreendimentos também pode ser um factor de selecção, embora no turismo de natureza associado a espaços públicos devam ser praticados preços acessíveis. A disciplina e a regulamentação de um espaço bem concebido não necessitam de recorrer a proibições, a percepção da paisagem inspira uma ordem e comportamentos apropriados e, deste modo, evita-se o constrangimento dos visitantes e até a sinalização excessiva que colide com a expressão naturalista destes espaços.

Se, por um lado, se procura atrair o maior número de utentes para os espaços de recreio, medindo-se por aí o seu sucesso e a sua viabilidade financeira, por outro, o efeito de multidões é a negação de um “espaço natural”, o qual é associado a uma sensação de privacidade, isolamento, indeterminação, fractalidade, diferença e singularidade. As soluções de desenho devem procurar formas de compartimentação que neutralizem a percepção de multidões, criando unidades de sítio intimistas, onde os utentes possam facilmente apropriar-se do território.

Os espaços silvestres destinados ao recreio têm de ser subtilmente concebidos para parecerem mais naturais, mais selvagens e “mais silvestres”, do que os silvestres comuns, com a exigência acrescida de uma autenticidade paisagística que emocione os visitantes. A composição dos “espaços naturais” é sempre um desafio arquitectónico que, sendo instruído pela ecologia e pelas técnicas construtivas da engenharia, é, em última instância, resolvido por uma linguagem de referências padronizadas colhidas pela vivência de trechos paradigmáticos das paisagens reais. Esta operação não nunca deve nunca explorar uma imitação da natureza, sob pena do exercício descambar em falsas rusticidades *kitsch*.

Ao planear o “recreio de natureza” é importante articulá-lo com os elementos do sistema urbano, de modo a poder explorar as relações de vizinhança entre o uso silvestre e o uso urbano. Os espaços silvestres, para poderem ser usufruídos por um recreio de massas, têm de ser criteriosamente demarcados e avaliados os custos da sua adaptação e conservação,

considerando que estes são sempre muito elevados, quando comparados com a condução estritamente silvícola.

O conceito de *floresta de uso múltiplo* não pode comportar a disponibilidade plena para o uso turístico, o qual necessita sempre de estar basicamente apoiado em elementos de carácter urbano com todo o sistema de infraestruturas e serviços que proporcionem uma estada confortável e segura. Seguindo esta lógica, o turismo explora relações de vizinhança e complementaridade entre as infraestruturas hoteleiras e de transportes associadas ao sistema urbano, e recursos naturais integrados em espaços silvestres, acessíveis através de percursos e estadias. À Engenharia Florestal coloca-se o desafio de projectar, construir, manter e gerir a utilização destes espaços singulares e restritos.

O conceito de *parque linear*, criado nos meados do século XIX pela Escola Paisagista dos Estados Unidos, veio a desenvolver-se no século XX com os *parkways* ("estradas-parque" destinadas ao passeio de automóvel), os *riverways* (onde se privilegia o passeio fluvial) e os *greenways* (caminhos para peões e ciclistas, ou, em alternativa, para cavaleiros, que ultimamente têm sido explorados na vertente turística, sob a designação de "percursos de natureza"). Estes corredores podem ser muito simples, no caso dos percursos pedonais que aproveitam carreiros de pé-posto, ou resultar de obras sofisticadas para proporcionar níveis de segurança e de acessibilidade compatíveis com um turismo de massas. Neste último caso implicam o desenvolvimento de perfis longitudinais com pendentes suaves, piso confortável, perfis transversais razoáveis e um tratamento paisagístico delicado, o que, no conjunto, se traduz em custos elevados.

Nas regiões turísticas justifica-se a criação de uma rede viária de passeio, de trânsito lento e contemplativo, independente das vias de trânsito rápido. Estas "estradas-parque" ganham em ser enquadradas em paisagens silvestres e, para além de constituírem em si um importante atractivo turístico, transformando-se num recurso económico, são também um factor de distribuição da procura turística pelos pequenos povoados, que, assim, passam a poder participar no desenvolvimento de uma oferta turística diversificada e distribuída no território.

Recomenda-se a observação e o estudo de casos como o do Blue Ridge Parkway que, actualmente, atrai mais de 15 milhões de turistas por ano à região dos Montes Apalaches, nos Estados Unidos.



Figura 2 — Vista de um trecho do Blue Ridge Parkway.

Parques de campismo, campos de golfe, parques de merendas, praias fluviais, entre outras, são actividades cada vez mais promovidas pela indústria turística que interpelam o planeamento dos espaços silvestres. A regra que me atrevo a recomendar vai no sentido de implantar estas actividades em zonas de contacto ou de franja entre os espaços silvestres apropriados e os aglomerados urbanos integrados ao nível de categoria nas unidades territoriais da classe de uso silvestre. Este planeamento implica:

1. escolha dos sítios para a inclusão das valências turísticas nas unidades territoriais de uso silvestre;
2. concepção paisagística das intervenções (traçado de percursos, localização de estadias e de outros acontecimentos, modelações do terreno, tratamento de

superfícies de água articulado com a drenagem, distribuição de fontes, como elementos de amenização);

3. escolha da paleta de espécies vegetais e composições para o plano de plantações e sementeiras;
4. programação e implantação de equipamentos e serviços;
5. regulamentação da utilização e correspondente informação para os utentes;
6. programa de manutenção e exploração nas suas vertentes técnica e financeira.

A paisagem agrícola, mesmo quando o seu desenho tem a expressão bucólica e vetusta que lhe é emprestada pelo desenho pragmático na melhor tradição rural, nunca se presta a enquadrar elementos que lhe são estranhos. Assim, campos de golfe, parques de campismo e portos de recreio chocam com envolventes onde dominem campos de cultivo. Em contrapartida, estes e outros equipamentos de cariz urbano enquadram-se bem em envolventes silvestres ou em espaços urbanos arborizados. Veja-se o caso paradigmático do histórico campo de golfe de Saint Andrews.

Os parques de campismo, por muito naturalista que seja a sua concepção, estruturalmente têm muito mais a ver com o aglomerado urbano do que com a rusticidade do uso silvestre. A presença de centenas ou milhares de pessoas, de todas as idades, em escassos hectares, onde se instalam com todas as valências domésticas comuns (alojamento em tendas, instalações sanitárias, cozinhas, lavandarias, supermercado, campos desportivos, salas de convívio, estacionamento automóvel, postos de saúde), cria um impacto semelhante ao de uma pequena vila. Estes parques de campismo, quando bem feitos, resistem a um uso intensivo, sem se degradarem e podem proporcionar aos campistas a sensação de estarem num espaço natural, o que pressupõe uma arquitectura da paisagem e uma engenharia de infraestruturas sofisticadas.

A pesca desportiva distribui-se em função da localização dos recursos hídricos e piscícolas, a caça é uma actividade com distribuições espaciais mais expandidas, ambas integradas na condução florestal e silvo-pastoril.

A tese defendida nesta comunicação sustenta a conveniência de autonomizar, tanto quanto possível, a condução corrente dos espaços silvestres sujeitos a uma exploração extensiva da

gestão da pequena parte de espaços silvestres vinculados a um uso turístico regular e programado.

No ordenamento dos espaços silvestres há que distinguir também a lógica subjacente aos povoamentos de produção lenhosa, geralmente monoespecíficos e coetâneos, das lógicas dos corredores ripícolas, cortinas de enquadramento de vias turísticas, orlas de clareiras e outros elementos relevantes na composição da paisagem, sob o ponto de vista do coberto vegetal. Vem esta consideração a propósito da importância para o turismo da existência de uma compartimentação que explore a contenção dos talhões de produção por envolventes ribeirinhas, cortinas e orlas, onde se instalem os percursos destinados a um uso público e turístico. Assim se poderá conciliar as regras da exploração económica da floresta com a valorização paisagística e os suportes de biodiversidade.

Sem menosprezar o valor e a importância dos recursos naturais brutos, estes, só por si, não determinam, nem sustentam, o desenvolvimento de um empreendimento para o recreio e turismo. Um bom plano deve explorar uma diversidade de situações onde se conjuguem paisagens silvestres, paisagens rurais, arboretos e parques, e zonas urbanas modernamente equipadas.

O planeamento para o turismo tem por finalidade o desenvolvimento económico regional e local e, nessa medida, necessita de envolver, tanto quanto possível, as populações locais e as suas actividades económicas. A concepção dos programas deve ter sempre uma forte componente de animação cultural, recreio e lazer, a fim de proporcionar aos visitantes um agradável período de descanso e de recuperação física e mental. A fruição do património arquitectónico, paisagístico, arqueológico e etnológico, assim como o convívio social e o intercâmbio entre povos e culturas, são factores de fidelização de procuras.

Na interpretação territorial e no zonamento os planos do uso turístico distinguem os valores associados aos elementos de atracção e motivação dos visitantes. No caso dos espaços silvestres, estes valores correspondem aos grandes espaços de matas e prados naturais, recursos hídricos, flora e fauna selvagens, e características paisagísticas com os seus geomorfismos. Dentro destas grandes unidades territoriais de uso silvestre demarcam-se zonas relativamente pequenas acessíveis aos visitantes. Estas zonas estão associadas a elementos naturais — lagos, praias, pontos de vista panorâmica —, ou correspondem a empreendimentos de hotelaria, campismo, parques de merendas e vias de passeio. Entre os

espaços especialmente preparados para receber os visitantes e os espaços silvestres puros é, por vezes, necessário criar *buffers* (“almofadas”) de protecção e transição.

É importante não esquecer que o turismo é uma actividade económica sujeita a regras de mercado e que a preparação e conservação dos espaços de recreio e lazer, mesmo em espaço silvestre, têm custos e encargos fixos relativamente elevados, daí a necessidade de uma estratégia selectiva dos empreendimentos a desenvolver, a fim de evitar uma dispersão financeiramente insustentável.

A perspectiva da escala regional permite a preparação de um produto turístico composto, integrando transporte, alojamento, gastronomia regional, desportos, animação cultural, passeios de natureza e outros factores de atracção que valorizem a oferta turística. O sector florestal deve preparar-se para participar neste processo de planeamento integrado.

Professor Doutor Sidónio Pardal